

MESA DIRETORA

JALSER RENIER PADILHA - PRESIDENTE

CORONEL CHAGAS
1ª VICE-PRESIDENTE

NALDO DA LOTERIA
1º SECRETÁRIO

DHIEGO COELHO
3º SECRETÁRIO

JÂNIO XINGÚ
2º VICE-PRESIDENTE

MARCELO CABRAL
2º SECRETÁRIO

IZAIAIS MAIA
4º SECRETÁRIO

FRANCISCO MOZART
3º VICE-PRESIDENTE

MASAMY EDA
CORREGEDOR GERAL

JORGE EVERTON
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

George Melo (PSDC) - Presidente
Jorge Everton (PMDB) - Vice-Presidente
Coronel Chagas (PRTB) - Membro
Lenir Rodrigues (PPS) - Membro
Brito Bezerra (PP) - Membro
Aurelina Medeiros (PSDB) - Membro
Oleno Matos (PDT) - Membro

Comissão de Administração, Segurança e serviços públicos

Jorge Everton (PMDB) - Presidente
Soldado Sampaio (PC do B) - Vice-Presidente
Lenir Rodrigues (PPS) - Membro
Coronel Chagas (PRTB) - Membro
Odilon Filho (PEN) - Membro

Comissão de Ética Parlamentar

Marcelo Cabral (PMDB) - Presidente
Mecias de Jesus (PRB) - Vice-Presidente
George Melo (PSDC) - Membro
Zé Galeto (PRP) - Membro
Izaiais Maia (PRB) - Membro

Suplentes:

1º - Chico Guerra (PROS)
2º - Oleno Matos (PDT)

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Coronel Chagas (PRTB) - Presidente
Marcelo Cabral (PMDB) - Vice-Presidente
Jânio Xingú (PSL) - Membro
Aurelina Medeiros (PSDB) - Membro
Izaiais Maia (PRB) - Membro
Diego Coelho (PSL) - Membro
Soldado Sampaio (PC do B) - Membro

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Lenir Rodrigues (PPS) - Presidente
Evangelista Siqueira (PT) - Vice-Presidente
Masamy Eda (PMDB) - Membro
Chico Mozart (PRP) - Membro
Mecias de Jesus (PRB) - Membro

Comissão de Defesa do Consumidor

Chico Mozart (PRP) - Presidente
Valdenir Ferreira (PV) - Vice-Presidente
Mecias de Jesus (PRB) - Membro
Coronel Chagas (PRTB) - Membro
Evangelista Siqueira (PT) - Membro

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Ângela Águida Portella (PSC) - Presidente
Oleno Matos (PDT) - Vice-Presidente
Aurelina Medeiros (PSDB) - Membro
Lenir Rodrigues (PPS) - Membro
Dhiego Coelho (PSL) - Membro

Comissão de Agricultura Pecuária e Política Rural

Zé Galeto (PRP) - Presidente
Aurelina Medeiros (PSDB) - Vice-Presidente
Marcelo Cabral (PMDB) - Membro
Ângela Águida Portella (PSC) - Membro
Gabriel Picanço (PRB) - Membro

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Chico Guerra (PROS) - Presidente
Izaiais Maia (PRB) - Vice-Presidente
Dhiego Coelho (PSL) - Membro
Soldado Sampaio (PC do B) - Membro
Francisco Mozart (PRP) - Membro

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Mecias de Jesus (PRB) - Presidente
Jânio Xingú (PSL) - Vice-Presidente
Marcelo Cabral (PMDB) - Membro
Naldo da Loteria (PSB) - Membro
Aurelina Medeiros (PSDB) - Membro

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo

Brito Bezerra (PP) - Presidente
Valdenir Ferreira (PV) - Vice-Presidente
Jânio Xingú (PSL) - Membro
Zé Galeto (PRP) - Membro
Izaiais Maia (PRB) - Membro

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Masamy Eda (PMDB) - Presidente
Odilon Filho (PEN) - Vice-Presidente
Oleno Matos (PDT) - Membro
Ângela Águida Portella (PSC) - Membro
Naldo da Loteria (PSB) - Membro

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Gabriel Picanço (PRB) - Presidente
Masamy Eda (PMDB) - Vice-Presidente
George Melo (PSDC) - Membro
Jânio Xingú (PSL) - Membro
Mecias de Jesus (PRB) - Membro

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e Mercosul

Dhiego Coelho (PSL) - Presidente
Chico Guerra (PROS) - Vice-Presidente
Jorge Everton (PMDB) - Membro
Odilon Filho (PEN) - Membro
Soldado Sampaio (PC do B) - Membro

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR
Telefone: (95) 3623-6665 | E-mail: docgeralale@gmail.com

DANIELLY VANDERLEI DE MORAIS

Gerente de Documentação Geral

CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA

Diagramação

Atos Administrativos

- Resoluções nº 192 3 193/2015 - DGP 02
- Errata da Resolução 291/2015 02
- Resoluções de Afastamento nº 304 a 308/2015 02

Atas Plenárias

- Ata da 2415ª Sessão Ordinária - Sucinta 02

Das Comissões

- Comissão Especial Externa - Resolução nº 032/2015 -
Edital de Convocação nº 001/2015 03
- Comissão Especial Externa - Resolução nº 004/2015,
Alterada pela Resolução nº 014/2015 03

ATOS ADMINISTRATIVOS
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS - RESOLUÇÕES
RESOLUÇÃO Nº 192/2015-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a servidora **Dirla Lopes de Almeida**, a partir de 01 de julho de 2015, do Cargo Comissionado de Auxiliar Parlamentar V, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, de conformidade com o que dispõe a Resolução nº 009/2011, de 22 de julho de 2011, publicada no Diário da ALE nº 1150 de 26.07.2011.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de julho 2015.

Palácio Antônio Martins, 10 de agosto de 2015.

Deputado Jalsner Renier Padilha

Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 193/2015-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR **Dirla Lopes de Almeida**, a partir de 01 de julho de 2015, para o Cargo Comissionado de Gerente Administrativo, integrante do Quadro de Pessoal, de conformidade com o que dispõe a Resolução nº 009/2011, de 22 de Julho de 2011, publicado no Diário da ALE nº 1150 de 26/07/2011.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos em 01 de julho de 2015.

Palácio Antônio Martins, 10 de agosto de 2015.

Deputado Jalsner Renier Padilha

Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTOS
ERRATA A RESOLUÇÃO DE AFASTAMENTO

Retificamos a Resolução Nº 291/2015 que autorizou o afastamento da servidora **BÁRBARA RIBEIRO FALCÃO Matrícula 15253** publicada no diário da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima no dia 06 de Agosto do ano em curso, Edição Nº 2106.

Onde se lê: no período de 04.08 a 08.08.2015

Leia-se: no período de 10.08 a 14.08.2015

Palácio Antônio Martins, 11 de Agosto de 2015

Glauceide F. Silva

Superintendente Administrativa

RESOLUÇÃO Nº 304/2015

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento do servidor **PAULO ROBERTO DE ALMEIDA CARDOSO Matrícula 17189** no período de 10.08 a 19.08.2015, para viajar com destino ao município de Caracará com a finalidade de tratar de assuntos inerentes às atividades funcionais, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 10 de Agosto de 2015

Deputado JALSNER RENIER PADILHA

Presidente

Deputado ROSINALDO ADOLFO BEZERRA DA SILVA

1º Secretário

Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 305/2015

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de

Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento do servidor **PEDRO MARDEM DE SOUZA FELIX Matrícula 11588** no período de 10.08 a 19.08.2015, para viajar com destino a cidade de Manaus - AM com a finalidade de tratar de assuntos inerentes às atividades funcionais, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 10 de Agosto de 2015

Deputado JALSNER RENIER PADILHA

Presidente

Deputado ROSINALDO ADOLFO BEZERRA DA SILVA

1º Secretário

Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 306/2015

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento do servidor **BRUNO CESAR VIANA DOS SANTOS Matrícula 11258** no período de 10.08 a 19.08.2015, para viajar com destino ao município de Caracará com a finalidade de tratar de assuntos inerentes às atividades funcionais, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 10 de Agosto de 2015

Deputado JALSNER RENIER PADILHA

Presidente

Deputado ROSINALDO ADOLFO BEZERRA DA SILVA

1º Secretário

Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 307/2015

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **GERSON CHAGAS** para viajar com destino a cidade de São Paulo - SP, no período de 13.08 a 16.08.2015, com a finalidade de tratar de assuntos inerentes às atividades parlamentares, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 11 de Agosto de 2015

Deputado JALSNER RENIER PADILHA

Presidente

Deputado ROSINALDO ADOLFO BEZERRA DA SILVA

1º Secretário

Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 308/2015

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento do servidor **NILTON CEZAR DE SOUSA Matrícula 10477** no período de 11.08 a 20.08.2015, para viajar com destino ao município de Caracará com a finalidade de tratar de assuntos inerentes às atividades funcionais, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 11 de Agosto de 2015

Deputado JALSNER RENIER PADILHA

Presidente

Deputado ROSINALDO ADOLFO BEZERRA DA SILVA

1º Secretário

Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO

2º Secretário

ATAS PLENÁRIAS - SUCINTA

ATA DA SEGUNDA MILÉSIMA QUADRINGENTÉSIMA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO QUINQUAGÉSIMO PERÍODO LEGISLATIVO DA SÉTIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.

Às nove horas do dia seis de agosto de dois mil e quinze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima quadringentésima décima quinta Sessão Ordinária do quinquagésimo Período

Legislativo da Sétima Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. O Senhor Presidente em exercício, Deputado **Francisco Mozart**, solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário, Deputado **Naldo da Loteria**, proceder à verificação de quórum. Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, convidando a Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** para atuar como Segunda-Secretária *ad hoc*, solicitando-a fazer à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi lida e aprovada na íntegra. Prosseguindo, solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura do Expediente. **RECEBIDO DO PODER EXECUTIVO:** Mensagem Governamental nº 032, de 05/08/15, que submete à apreciação desta Augusta Casa Legislativa, o Projeto de Lei que visa extinguir a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado de Roraima – ARES/RR, criada pela Lei nº 944, de 30/12/13. Mensagem Governamental nº 033, de 05/08/15, que submete à apreciação desta Augusta Casa Legislativa, o Projeto de Lei que “Dispõe sobre a uniformização do procedimento administrativo para constituição de crédito não tributário do Estado de Roraima, de suas Autarquias e Fundações Públicas, e dá outras providências”. Mensagem Governamental nº 034, de 05/08/15, que requer deliberação da Mesa Diretora, nos termos do art. 195 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, para o reinício de tramitação do Projeto de Lei nº 36/14, que “Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações – PCCR dos servidores das áreas de Infraestrutura, Agronomia e Veterinária da Administração direta do Estado de Roraima, e dá outras providências”. **DIVERSOS:** Ofício nº 012, de 03/08/15, do Parlamento Amazônico - Associação das Assembleias Legislativas da Amazônia, convidando para participar da I Reunião Ampliada do Colegiado de Deputados do Parlamento Amazônico/2015, a realizar-se no dia 20/08/15, na cidade de Boa Vista-RR. Ofício nº 166, de 05/08/15, do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Roraima – SINTER, informando que irá deflagrar Greve Geral por tempo indeterminado a partir de segunda-feira, dia 10/08/15. Ofício s/nº, de 14/07/15, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, do Gabinete do Deputado Campos Machado, solicitando a possibilidade de instituir a Frente Parlamentar pela Liberdade Religiosa na Assembleia Legislativa de Roraima. Ofício circular nº 002, de 30/07/15, da Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento – SEPLAN/RR, encaminhado Manual Técnico de Orçamento – MTO 2016 com as instruções para preenchimento do Plano Anual de Trabalho – PAT, Planilha de Receita por Natureza, Planilha de Distribuição do FPE projeção do Teto Orçamentário para 2016. Requerimento nº 001, de 05/08/15, da Presidente da Comissão Especial Externa, Deputada Lenir Rodrigues, requerendo prorrogação de prazo, por igual período, dessa Comissão Especial Externa. Carta Convite de 08/07/15, da Câmara dos Deputados, em nome do Deputado Federal Moroni Torgan, convidando para reunião da Frente Parlamentar para a Liberdade Religiosa, no dia 11/08/15, às 10:30h, no Auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados em Brasília/DF. **GRANDE EXPEDIENTE:** O Senhor Deputado **Izaias Maia** iniciou manifestando sua preocupação com a possível deflagração de greve por parte dos professores da rede estadual de ensino, no próximo dia 10. Segundo o Senhor Deputado, o Governo alega que está tentando atender às reivindicações, mas a categoria diz que até o momento nada foi feito. Prosseguindo, ressaltou a importância de se firmar um acordo para que a greve não ocorra e não seja preciso modificar o cronograma escolar que só irá prejudicar os alunos e seus familiares. Finalizou destacando que, independente de cor partidária, a classe política do Estado precisa se unir para resolver esta problemática. **ORDEM DO DIA:** O Senhor Presidente anunciou para a Ordem do Dia a discussão e votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 69/13, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão de atração voltada para o público gospel nos eventos que especifica e dá outras providências”, de autoria do Deputado Jean Frank; do Projeto de Lei nº 27/14, que “Dispõe sobre a realização de blitz no território estadual, e dá outras providências”, de autoria do Deputado **Mecias de Jesus**; do Requerimento nº 047/15, requerendo prorrogação de prazo, por igual período da Comissão Especial Externa, criada com objetivo de realizar estudos sobre a reforma política, de autoria do Senhor Deputado Soldado Sampaio; do Requerimento nº 048/15, requerendo a realização de Sessão Solene alusiva ao Centenário da Implantação da Igreja Assembleia de Deus em Roraima – IEAD-RR, de autoria do Senhor Deputado Mecias de Jesus; do

Requerimento nº 049/15, requerendo a prorrogação de prazo, por igual período, da Comissão Especial Externa criada com objetivo de acompanhar o processo dos servidores contemplados com MP nº 660, junto aos órgãos do Governo do Estado e da União, de autoria da Senhora Deputada Lenir Rodrigues, e do Requerimento nº 050/15, requerendo a transformação da Sessão Plenária, do dia 11 de agosto, em Comissão Geral, momento em que esta Casa Legislativa estará recebendo Comitativa de Parlamentares do Estado de Santa Catarina para debater matéria relativa ao Pacto Federativo e ao poder de legislar sob determinadas matérias pelos Legislativos Estaduais, de autoria de vários Deputados. Após, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário que fizesse à leitura do Requerimento nº 047/15. Colocado em discussão e votação, o Requerimento foi aprovado por unanimidade dos Senhores Deputados presentes. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura do Requerimento nº 048/15. Colocado em discussão e votação, o Requerimento foi aprovado por unanimidade dos Senhores Deputados presentes. Continuando, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura do Requerimento nº 049/15. Colocado em discussão e votação, o Requerimento foi aprovado por unanimidade dos Senhores Deputados presentes. Em seguida, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário que fizesse à leitura do Requerimento nº 050/15. Colocado em discussão e votação, o Requerimento foi aprovado por unanimidade dos Senhores Deputados presentes. Por falta de quórum qualificado, o Senhor Presidente transferiu o restante da pauta para a próxima Sessão. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS:** A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** informou que foi deliberada na Comissão de Educação a realização de Audiência Pública sobre a Educação Escolar Indígena, no próximo dia 10, às 15 horas, no Plenário desta Casa. E, não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a Sessão, convocando outra para o dia 11 de agosto, à hora regimental. Registraram a presença, no painel, os Senhores Deputados: **Angela A. Portella, Coronel Chagas, Evangelista Siqueira, Francisco Mozart, Gabriel Picanço, Izaias Maia, Jânio Xingu, Jorge Everton, Lenir Rodrigues, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Odilon Filho, Oleno Matos, Valdenir Ferreira e Zé Galetto.**

Aprovada em: 11/08/2015

DAS COMISSÕES

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES
GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES
COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA, CRIADA NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO N.º 032/15,

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 001/15

Em: 11/08/15

Convocamos os Senhores Parlamentares, Membros desta Comissão Especial, Deputados George Melo, Evangelista Siqueira, Aurelina Medeiros e Coronel Chagas para Reunião, no dia 11/08/15, às 17h30, no Plenário da Assembleia Legislativa de Roraima, que terá como objeto a discussão de assuntos relacionados à MP nº 660. Informamos ainda que a referida reunião contará com a presença do senhor Josias Fonseca Licata – Representante dos Trabalhadores do Governo do Ex-Território Federal de Roraima.

Deputada Lenir Rodrigues
Presidente da Comissão

ATA DA DÉCIMA REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA, CRIADA NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO N.º 005/15, ALTERADA PELA RESOLUÇÃO N.º 014/15, REALIZADA EM 25/03.

Aos vinte e cinco dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, às quatorze horas e cinquenta minutos, na Sala de Reuniões, altos do Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Parlamentar, sito à Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se extraordinariamente a Comissão Especial Externa, criada nos termos da Resolução nº 005/15, com a finalidade de “Acompanhar a elaboração de Planos Emergenciais no Sistema Prisional do Estado de Roraima e na Rede Pública de Saúde do Estado de Roraima”, sob a presidência da Senhora Deputada **Lenir Rodrigues**, com a presença da Vice-Presidente, Deputada **Angela Águda Portella**; Relator, Deputado **George Melo**; e Membros,

Deputados: **Izaías Maia, Zé Galetto, Oleno Matos e Odilon Filho.**

Abertura: Havendo quorum regimental, a Senhora Presidente declarou abertos os trabalhos. Em seguida, solicitou à secretária desta Comissão proceder à leitura da Ata da reunião anterior. A Requerimento do Senhor Deputado **George Melo**, foi dispensada a leitura da Ata, tendo em vista a distribuição de cópias, com antecedência, a todos os membros da Comissão para conhecimento do seu teor. Logo após, a Senhora Presidente colocou a Ata em discussão. Não havendo nenhuma retificação por parte dos Membros, submeteu-a à votação, sendo aprovada pelos Senhores Membros presentes na Comissão. **Expediente:** Por determinação da Presidência da Comissão, a Ata será transcrita na íntegra. A Senhora Presidente Deputada **Lenir Rodrigues** – Atendendo à Convocação desta Comissão, encontra-se nas dependências desta Casa, o Senhor **Adriano de Almeida Corinthy**, para prestar esclarecimentos sobre os contratos vigentes de prestação de serviços na Secretaria de Estado da Saúde de Roraima - SESA, solicito que seja conduzido, o Senhor **Adriano de Almeida Corinthy** ao plenário desta Comissão. Bom dia! Doutor, pode tomar assento. Solicito que todos falem ao microfone tendo em vista que a ata desta reunião será transcrita na íntegra, informo que, conforme Regimento Interno desta Casa, às informações prestadas a esta Comissão por vossa senhoria, são de sua inteira responsabilidade, qualquer informação falsa, ou sua recusa em prestá-la, vossa senhoria poderá ser penalizado com o disposto na lei. Como o papel desta Comissão já é de seu conhecimento, passaremos às perguntas. O Senhor Deputado **Izaías Maia** – Senhor Adriano, chegou ao conhecimento desta Comissão Especial, que os processos de compras de medicamentos e materiais médico-hospitalar por determinação do Ministério da Saúde, é realizado por uma coordenadoria específica de Assistência farmacêutica e que a Comissão Setorial de Licitação – CSL, nestes casos, apenas faz a análise processual das demandas que são suscitadas por essa coordenadoria, o senhor confirma essa informação e explicar como funciona? O Senhor **Adriano de Almeida Corinthy** – A coordenadoria de medicamentos, é responsável pela demanda de medicamentos, coordena a liberação e recebimento dos medicamentos e, no processo licitatório quem faz o pedido, é essa coordenadoria que conhece a demanda e tem as informações, faz os pedidos e encaminha para serem licitados, é esse o procedimento. A Comissão de Licitação nesse período não licitou medicamentos. O Senhor Deputado **George Melo** – Mas foi comprado medicamentos? O Senhor **Adriano de Almeida Corinthy** – Quando fui nomeado e iniciei na Comissão, já estava concluso Um processo emergencial do Governo passado que já estava para recebimento. O Senhor Deputado **George Melo** – Desse Governo, o senhor afirma que não foi comprado nada de medicamentos? O Senhor **Adriano de Almeida Corinthy** – Eu não licitei nada. O Senhor Deputado **Odilon Filho** – Mesmo não tendo licitado, o senhor tem conhecimento que o governo adquiriu através de um processo já existente? O Senhor **Adriano de Almeida Corinthy** – O Emergencial que existia, era do governo passado, que estava tramitando e foi concluso quando virou o governo terminaram e receberam. O Senhor Deputado **Odilon Filho** – Mas se tiver saldo de empenho o governo atual pode comprar, não sei se é o caso. O Senhor Deputado **Izaías Maia** – O senhor sabe se foi realizada alguma compra direta com dispensa de licitação após o Decreto Emergencial durante o período que o senhor passou lá? O Senhor **Adriano de Almeida Corinthy** – Qualquer compra? O Senhor Deputado **Izaías Maia** – Qualquer compra direta. O Senhor **Adriano de Almeida Corinthy** – Eu não sei, pela Comissão não foi tramitado, nesse período de trinta dias, eu não realizei nenhuma compra direta. A Senhora Presidente Deputada **Lenir Rodrigues** - Com a palavra o Senhor Relator, Deputado **George Melo** - Senhor Adriano, nós já o ouvimos antes, gostaria de saber se existe algum fato que deixamos de comentar, eu gostaria que analisássemos nesta Comissão, para que fique tudo transparente, o interesse desta Comissão é elucidar as questões, deixando esse período de Decreto Emergencial o mais transparente possível, sabemos que o cargo que o senhor ocupou é extremamente importante nessa condução. O Senhor **Adriano de Almeida Corinthy** – Quem é gestor tem que prestar contas, estarei à disposição, a qualquer momento, pra qualquer fato. Nesse período de trinta dias, eu não realizei nenhum procedimento, se tivesse passado por mim traria cópias e prestaria todo e qualquer esclarecimento de item a item sem problema algum, realmente não houve nenhuma tramitação e, se não tramitou, eu não tenho conhecimento, caso precise de mais informações estarei à disposição,

a qualquer momento. A senhora Presidente Deputada **Lenir Rodrigues** – Existe algo mais que o senhor queira declarar? O Senhor **Adriano de Almeida Corinthy** – Não! A Senhora Presidente da Comissão **Lenir Rodrigues** – Estamos satisfeitos, agradecemos suas informações. Agradeço a presença do senhor **Adriano Corinthy**. O senhor está dispensado. Solicito aos senhores membros da Comissão, que permaneçam na reunião para uma nova oitiva. O Senhor **Adriano de Almeida Corinthy** – Obrigado! me coloco à disposição dos senhores para qualquer dúvida. A Senhora Presidente da Comissão, A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – São quinze horas e cinquenta minutos, vamos reabrir os trabalhos. Atendendo à Convocação desta Comissão, encontra-se nas dependências desta Casa, o Senhor **Kalil Gibran Linhares Coelho** – **Secretário de Estado da Saúde de Roraima** - SESA, para prestar esclarecimentos sobre os contratos em andamento no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde de Roraima – SESA. Solicito que o Senhor Secretário seja conduzido ao plenário desta Comissão. Bom dia! Senhor Secretário, pode tomar assento. Solicito que todos falem ao microfone tendo em vista que a ata desta reunião será transcrita na íntegra, informo que, conforme Regimento Interno desta Casa, as informações prestadas a esta comissão por vossa senhoria, são de sua inteira responsabilidade, qualquer informação falsa, ou sua recusa em prestá-la, vossa senhoria poderá ser penalizado com o disposto na lei. Com a palavra, a Senhora Deputada **Angela Águida Portella** – Senhor Secretário, temos ouvido algumas pessoas convocadas para prestar esclarecimentos e, uma delas, foi a Diretora da Maternidade a respeito da Limpeza e higienização do Hospital Materno Infantil Nossa Senhora de Nazareth – HMI, na oportunidade, foi mencionado que para empresa VALE, havia um processo licitatório, o qual foi substituído por um processo emergencial. Quando essa empresa foi apresentada houve processo licitatório, foi avisado à empresa, qual foi o procedimento para essa alteração de empresa e qual o motivo? O Senhor Secretário, **Kalil Gibran Linhares Coelho** – Boa tarde! a empresa VALE tinha várias notificações devido aos serviços prestados serem ruins, não me recordo qual dia a empresa abandonou o serviço, esse foi o relato da equipe técnica. Fomos fazer uma visita in loco e conversamos com os funcionários da empresa observamos que havia um grande atraso em seus pagamentos, apesar da SESA ter pago uma fatura à empresa logo que iniciou a nova gestão, na tentativa de colocar as coisas em ordem, mas, houve o abandono, o proprietário da Empresa foi chamado na SESA e solicitado que ele reiniciasse os trabalhos e, no outro dia, foi constatado que continuava da mesma forma, esse fato foi matéria de jornal e, bem anunciado através da mídia, a equipe técnica da SESA, fez uma pesquisa de mercado uma empresa se interessou, o preço do serviço foi mantido e, imediatamente foi feito um contrato emergencial abrimos um processo para iniciar um pregão eletrônico, que é a melhor via, no entanto, o emergencial também é contemplado quando ocorre circunstância, o que ficou caracterizado com o abandono durante o processo. A Senhora Deputada **Angela Águida Portella** – Houve uma ordem de serviço que configure a entrada legal dessa outra empresa substituindo a VALE? O Senhor Secretário, **Kalil Gibran Linhares Coelho** – Assim que foi configurado o abandono constatado pela equipe técnica, foi iniciado o processo emergencial, onde as etapas são bem abreviadas tendo em vista que no outro dia, já haviam necessidade de iniciar os serviços, veja bem, havia Centros Cirúrgicos parados, onde nós mesmos, tivemos que fazer cotinhas para comprar peças cirúrgicas, como o exemplo de úteros a ser recolhidos e não tinha como fazer, a situação estava ficando insustentável, a equipe técnica teve que imediatamente procurar uma empresa, a empresa que se interessou iniciou no outro dia e começamos os procedimentos administrativos para contratação emergencial, mas volto a enfatizar, que assim que foi constatada a situação, imediatamente foi iniciado o procedimento de pregão eletrônico, que é a melhor via. A Senhora Deputada **Angela Águida Portella** – A empresa que presta serviço no Hospital Materno Infantil, é a mesma do Hospital Geral? O Senhor Secretário, **Kalil Gibran Linhares Coelho** – Não! A Senhora Deputada **Angela Águida Portella** – Qual o valor do Emergencial que cobre essas despesas com prestação de serviços terceirizados nas áreas de higienização e limpeza, na Maternidade e Hospital Geral? O Senhor Secretário, **Kalil Gibran Linhares Coelho** – São duas empresas diferentes, no HGR é a empresa Cometa, se não me engano, está a três anos e no HMI, atualmente, é a Empresa União, através do emergencial. Não sei lhe dizer o quantitativo de pessoas e valor

exato, mas assim que terminar mando pra senhora por escrito esses dados. A Senhora Deputada **Angela Águida Portella** – Estou satisfeita. A Senhora Presidente da Comissão, Deputada **Lenir Rodrigues** – Com a palavra o Senhor Deputado **Izaías Maia** – Boa tarde! Doutor Kalil. O Senhor Secretário, **Kalil Gibran Linhares Coelho** – Boa Tarde Senhor Deputado! O Senhor Deputado **Izaías Maia** – Sobre os serviços de limpeza e higienização do Hospital Materno Infantil, segundo apurou esta Comissão, a Empresa VALE, que prestava os serviços, foi substituída por outra, no caso o Senhor se referiu, atualmente é a UNIÃO, é isso? O Senhor Secretário, **Kalil Gibran Linhares Coelho** – Confere. O Senhor Deputado **Izaías Maia** – Que foi contrata por Processo Licitatório Emergencial, pergunto ao Senhor, além do Processo Licitatório Emergencial, foi aberto outro procedimento licitatório normal, para prestação do Serviço após o período emergencial? O Senhor Secretário, **Kalil Gibran Linhares Coelho** – Sim. O Senhor Deputado **Izaías Maia** – O senhor sabe nos informar, se foi verificado no Processo Licitatório Emergencial a capacidade técnica da nova empresa? O Senhor Secretário, **Kalil Gibran Linhares Coelho** – Deputado, nós tivemos que iniciar o procedimento de limpeza no outro dia pela manhã, porque a Empresa VALE abandonou o serviço, quando fizemos a visita in loco, haviam peças cirúrgicas no Centro Cirúrgico sem ser recolhidas, roupas cirúrgicas com sangue sem ser recolhidas e toda uma gama de sujeira por todo o hospital, o Processo Licitatório normal, envolve muitas etapas e não tínhamos tempo hábil para isso, tendo em vista, a demanda do hospital, então, abreviamos tudo isso, para iniciarmos em outro momento, não sei responder exatamente sua pergunta. O Senhor Deputado **Izaías Maia** – O senhor sabe nos dizer por que a nova empresa tem cerca de noventa por cento dos seus funcionários oriundos da empresa VALE? Ela não deveria ter quadro próprio e distinto de funcionários? O Senhor Secretário, **Kalil Gibran Linhares Coelho** – Essa é uma questão, deputado, da empresa eu não sei lhe precisar se o quadro de funcionários é próprio, são peculiaridades da empresa, o que venho observando através de relatos do quadro técnico da Maternidade, é que os serviços vêm sendo prestados a contento. A Senhora Presidente Deputada **Lenir Rodrigues** – Senhor Secretário, a Diretora do HMI esteve aqui e testemunhou que a Empresa União, absorveu quase que totalmente, o quadro da outra empresa, como se explica o abandono da VALE, se os funcionários estavam lá? O Senhor Secretário, **Kalil Gibran Linhares Coelho** – O serviço não estava sendo feito Deputada, tenho relato da equipe técnica, vistoriamos in loco e, foi matéria pública nos jornais e outros meios de circulação, sobre a sujeira nas unidades e esses funcionários poderiam estar lá fisicamente, mas, não estavam fazendo o serviço, de forma que a sujeira era abundante. A Senhora Presidente Deputada **Lenir Rodrigues** – A senhora Diretora explicou para Comissão, que eles tiveram um dia de paralização e que não foi o dia inteiro e quando o representante da outra empresa chegou, sem ordem de serviço, que seria o procedimento legal, pediu aos funcionários que tirassem o uniforme da empresa VALE e vestissem o uniforme da empresa UNIÃO. O Senhor Secretário, **Kalil Gibran Linhares Coelho** – Deputada, a sujeira, volto a repetir, era abundante no hospital, constatamos isso in loco, a queixa dos funcionários da VALE, era imensa, eles não haviam sido pagos, apesar da empresa ter recebido, isso consta no processo, aproximadamente trezentos e quinze mil reais, chamei o empresário e, pedi que ele acertasse as contas dele que não era interesse da gestão ter um serviço ruim, foi uma das primeiras notas quer foram pagas, não sei lhe precisar a ordem cronológica, mas foi pago esse valor, e mesmo assim na outra semana os funcionários continuavam se queixando, e continuava a sujeira e tudo isso sendo matéria de jornal de grande circulação no Estado de forma que tivemos que intervir e caracterizar abandono e corresse atrás de uma empresa que reiniciasse os serviços num processo emergencial que volto a repetir é abreviado não tem como ser diferente. A Senhora Presidente Deputada **Lenir Rodrigues** – Quais os critérios para escolha desta empresa, a escolha foi sua? O Senhor Secretário, **Kalil Gibran Linhares Coelho** – Não, o corpo técnico fez contato com várias empresas na cidade, de forma emergencial, acho que tivemos somente uma tarde para isso, e acho que somente essa empresa se interessou, foram feitos contatos telefônicos, físicos, foram às empresas mas nenhuma se interessou em iniciar..., veja bem, quando se inicia de forma emergencial sem contrato, é uma situação precária e não é toda empresa que se interessa em iniciar um vínculo precário sem contrato até que possamos regularizar, mesmo caracterizando emergencial, essa

empresa se interessou começou a fazer os serviços a contento, nós fomos fiscalizamos é o que vem acontecendo. A Senhora Presidente Deputada **Lenir Rodrigues** – com a palavra o Senhor Deputado **Izaías Maia** – Doutor Kalil, o dono da empresa VALE esteve aqui e disse que o atraso ocorreu porque a empresa não estava recebendo o pagamento, e o senhor falou que foi pago, realmente foi pago? O dono da empresa mentiu? O Senhor Secretário, **Kalil Gibran Linhares Coelho** – Com certeza Deputado, tenho como provar com nota fiscal dentro do Processo, observando que o contrato da empresa não era só de limpeza, como observou meu assessor, dentro do processo de limpeza esta a pessoa e o material de limpeza, e não tinha nem a pessoa e nem o material para limpar, realmente se viu o nível de sujeira que se acumulou nesse interím. O Senhor Deputado **Izaías Maia** – Aqui, esteve alguém do corpo técnico, não me recordo o nome no momento, que disse que o corpo técnico fazia o trabalho, mas, quem dava a apalavra final era o senhor, o senhor confirma? O Senhor Secretário, **Kalil Gibran Linhares Coelho** – De forma nenhuma a SESAU se baseia em questões técnicas para prestar o melhor serviço, sempre respeitando a Lei 8666, que rege a questão dos contratos, o Emergencial esta contemplado e a equipe técnica procurou uma empresa que se interessasse e pudesse iniciar os serviços dessa forma emergencial. O Senhor Deputado **Izaías Maia** – A empresa UNIÃO é daqui? O senhor sabe quem é o dono da empresa? Ela é legalizada? O Senhor Secretário, **Kalil Gibran Linhares Coelho** – Ela tem CNPJ, dentro de suas atividades está a Limpeza hospitalar, no entanto, não tive contato com o dono da empresa, foi uma equipe técnica que selecionou, não sei dizer para o senhor, o nome do proprietário da empresa. O Senhor Deputado **Izaías Maia** – O senhor sabe quais as empresas que estão fornecendo alimentos, como se deu essa contratação e a escolha dessas empresas? O Senhor Secretário, **Kalil Gibran Linhares Coelho** – Só para reforçar sobre a questão dos pagamentos da VALE, foram trezentos e quinze mil aproximadamente, com o objetivo que ele se regularizasse, que os senhores deputados, vejam como nos empenhamos para que a empresa se regularizasse, mas, não foi o que aconteceu, então, diante da situação tivemos que agir com energia, para que a população não fosse penalizada. O Senhor Deputado **Izaías Maia** – A VALE tem algum saldo com o governo? O Senhor Secretário, **Kalil Gibran Linhares Coelho** – Ela tem restos a pagar do ano passado, mas como as certidões estão irregulares, não temos autorização do Ministério do Trabalho para pagar. A senhora Presidente Deputada **Lenir Rodrigues** – Com a Palavra, o Senhor Deputado **Oleno Matos** - Boa tarde! Doutor Kalil, só para ficar bem claro esta questão da VALE, o senhor falou que foi pago trezentos e poucos mil reais, o senhor pode precisar qual o mês referente a esse valor da prestação de serviços? O Senhor Secretário, **Kalil Gibran Linhares Coelho** – Como o empresário me interpelou no sentido de que ele não tinha condições financeiras de continuar e estávamos iniciando a gestão, era ainda no mês de janeiro, não havia nenhuma nota vistada e falei que iria pegar uma nota para trás, já vistada pela controladoria, já estava ok e vou pagar para que você possa regularizar o pagamento de seus funcionários, que não estão trabalhando e você possa continuar, ele me afirmou que ia fazer isso, foi pago, a gestão pagou, no entanto, não foi o que aconteceu, infelizmente não sei precisar o mês, mas foi pago uma nota. O Senhor Deputado **Oleno Matos** – Em restos a pagar o senhor sabe precisar qual o tamanho da pendência que o governo anterior deixou? O Senhor Secretário, **Kalil Gibran Linhares Coelho** – O governo deixou aproximadamente cem milhões de reais sem cobertura orçamentária para essa gestão, infelizmente, não temos como honrar isso de uma só vez, obviamente, se não, a gente engessa e não trabalha daqui para frente. O Senhor Deputado **Oleno Matos** – cem milhões ou cem mil? O Senhor Secretário, **Kalil Gibran Linhares Coelho** – Cem milhões de reais. O Senhor Deputado **Oleno Matos** – Na área de Saúde? O Senhor Secretário, **Kalil Gibran Linhares Coelho** – Na área de Saúde. O Senhor Deputado **Oleno Matos** – O senhor falou que essa empresa foi contratada no lugar da empresa VALE, de forma emergencial, mas nós que conhecemos um pouco da Lei de licitação, sabemos que mesmo na contratação emergencial, existem exigências legais de toda uma documentação necessária para que a empresa seja contratada, o senhor sabe me dizer se essa empresa que foi contratada, apresentou toda essa documentação? O Senhor Secretário, **Kalil Gibran Linhares Coelho** – Sim, dentro do Processo consta essa documentação, ela estava apta para esse tipo de procedimento, no entanto Deputado no processo emergencial da Saúde, ainda tem uma peculiaridade, nós não tínhamos nem dois

dias para resolver o problema, então, não tem como ser como em outras áreas, que tem uma semana ou alguns dias para resolver, são questões de horas, temos que resolver de uma tarde para o outro dia de manhã. O Senhor Deputado **Oleno Matos** – Mas havia as habilitações, certidões de FGTS, de receita... O Senhor Secretário, **Kalil Gibran Linhares Coelho** – Tudo! O Senhor Deputado **Oleno Matos** – O senhor sabe me dizer se quando aconteceu esse imbrólio com a VALE, há quantos meses os funcionários estavam sem receber seus salários? O Senhor Secretário, **Kalil Gibran Linhares Coelho** – Não sei precisar Deputado. O Senhor Deputado **Oleno Matos** – Essa contratação emergencial esta sendo paga? Já foi pago alguma fatura? O Senhor Secretário, **Kalil Gibran Linhares Coelho** – Ainda não, vai ser pago essa semana e o pessoal da equipe técnica esta preparando para pagar. O Senhor Deputado **Oleno Matos** – Os servidores dessa nova empresa já estão há mais de um mês trabalhando? O Senhor Secretário **Kalil Gibran Linhares Coelho** – Pouco mais de trinta dias. O Senhor Deputado **Oleno Matos** – Já receberam algum salário? O Senhor Secretário, **Kalil Gibran Linhares Coelho** – Não, veja bem, não pagamos a empresa ainda, se a empresa pagou seus funcionários eu não sei lhe precisar. O Senhor Deputado **Oleno Matos** – Foi feita uma contratação emergencial, uma forma provisória e em seguida você disse que foi feito um pregão eletrônico para que posteriormente seja feito um contrato de forma não emergencial. A quantas anda esse pregão? O Senhor Secretário, **Kalil Gibran Linhares Coelho** – Foi iniciado o procedimento para o pregão eletrônico, para ser montado estruturado um pregão eletrônico conforme a Lei 8666, demora em média de dois a três meses, está em andamento, a equipe técnica está trabalhando em cima dele. O Senhor Deputado **Oleno Matos** – O senhor acha que dentro do período da contratação emergencial, pode se conseguir vencer o pregão e contratar empresa de forma definitiva como manda a Lei de Licitações? O Senhor Secretário, **Kalil Gibran Linhares Coelho** – Veja bem, vai ser um pregão eletrônico, a empresa que se habilitar, que concorrer e que ganhar no preço, vai levar, se vai ser essa empresa, realmente, não tenho como afirmar, qualquer empresa..., essa empresa que esta trabalhando vai receber pelo trabalho dela e a empresa que for dar continuidade pelos serviços, através do pregão eletrônico, vai receber normalmente. O Senhor Deputado **Oleno Matos** – Sem mais perguntas Senhora Presidente. A Senhora Presidente Deputada **Lenir Rodrigues** – Com a palavra o Senhor Deputado **Odilon Filho** – Senhor secretário, doutor Kalil, as perguntas que eu tinha, o senhor já respondeu quase todas, no entanto, gostaria de esclarecer, um ponto, o senhor nos disse que foi pago uma fatura para empresa VALE, do governo anterior e, do governo atual existe uma nota pendente para receber, ou a empresa não chegou a prestar um mês de serviço? O Senhor Secretário, **Kalil Gibran Linhares Coelho** – Realmente foi pago uma fatura do governo anterior, uma nota de Restos a Pagar, pelas questões que o empresário me apresentou, em janeiro, a empresa trabalhou de forma muito precária, um serviço muito a quem do necessário, com um dimensionamento de pessoal e material muito abaixo do que havia sido contratado, a equipe técnica vai ter que quantificar qual o valor a ser pago, porque o Estado não pode pagar um serviço que não foi feito a contento, pois se trata de dinheiro público. O Senhor Deputado **Odilon Filho** – Justamente, não pode pagar pelo que não recebeu e pelo serviço que não foi prestado, isso vai ser codificado pelos técnicos e, ele receberá apenas pela quantidade de pessoal e material utilizado. A secretaria tem equipe para fiscalizar essas empresas que prestam esse serviço emergencial no momento? O Senhor Secretário, **Kalil Gibran Linhares Coelho** – Com certeza! O Senhor Deputado **Odilon Filho** – Esse emergencial, o senhor contratou por sessenta, noventa ou trinta dias? O Senhor Secretário, **Kalil Gibran Linhares Coelho** – A princípio, o emergencial pode ser até por cento e oitenta dias, mas, fizemos esse contrato por noventa e estamos correndo para que ocorra o pregão. O Senhor Deputado **Odilon Filho** – Em noventa dias, o senhor terá tempo suficiente para realizar o pregão que é um processo rápido e bem transparente, hoje, é o procedimento mais utilizado pelo setor, que é o pregão ou registro de preços, se for o caso que é até mais rápido. O senhor disse que ficaram cem milhões em Restos a Pagar, ou não está registrado em restos a pagar do governo? Ficaram as dívidas mas não estão registradas? O Senhor Secretário, **Kalil Gibran Linhares Coelho** – Ficaram as dívidas sem cobertura orçamentária, quer dizer, não foi deixado nem orçamento e nem financeiro para tanto. O Senhor Deputado **Odilon Filho** – Se elas não estão inscritas em restos a pagar, pelo que conheço, quem tiver

dinheiro para receber do governo terá que ser via judicial, certo? O Senhor Secretário, **Kalil Gibran Linhares Coelho** – Deputado, realmente essa resposta eu prefiro... O Senhor Deputado **Odilon Filho** – Se não tem orçamento, nem financeiro e nem está inscrito em Restos a pagar, o senhor não tem certeza, entendi. O Senhor Secretário, **Kalil Gibran Linhares Coelho** – Eu não tenho certeza, estamos em uma...enfim. O Senhor Deputado **Odilon Filho** – Mas, cem milhões de reais se for auditado, já foi comunicado ao TCE? O Senhor Secretário, **Kalil Gibran Linhares Coelho** – Sim, já foi comunicado. O Senhor Deputado **Odilon Filho** – É muito dinheiro para ser pago, mas o senhor já comunicou. Essa empresa VALE, pelo que estou vendo, vem dando problema no Estado todo há muito tempo, eu não sou contra, senhores Deputados, a terceirizadas, mas, eu sempre fiz um questionamento ao governo, para que terceirizar, se temos concursados para chamar, porque não chamamos os concursados? Acho que as empresas terceirizadas têm que ser muito bem analisadas, empresas que tenham suporte, por que? As pessoas trabalham nas empresas, governo paga as empresas, e as empresas não pagam os trabalhadores e quando os mesmo saem das empresas, não recebem seus direitos trabalhistas, some o dono da empresa e ainda tem um problema mais grave, ouvia muito falar, que não se encontra o dono da empresa, só se encontra o laranja e, ainda falam, que a empresa é de um Deputado “fulano de tal”, essa é a linguagem do povo de Roraima, não sou contra as terceirizadas, elas geram empregos, mas que sejam terceirizadas empresas que tenham patrimônio aqui em Roraima, caso ocorra uma reclamação trabalhista, o oficial de justiça tenha pelo menos como penhorar bens dessa empresa. A Senhora Presidente da Comissão Deputada **Lenir Rodrigues** – Com a palavra o Senhor Deputado George Melo, Relator da Comissão. O Senhor Deputado **George Melo** – Existe uma coisa nesse governo que me incomoda que é falar que tudo “Foi o Governo Anterior” Em todo o Brasil, se observa que os serviços do SUS, não são a contento, são filas quilométricas. Com o Estado enxuto e esse Decreto resolvendo tudo, com esse dinheiro que vem do SUS para fazer gestão de Saúde, é possível ter uma saúde digna, de respeito que o povo de Roraima se orgulhe? O Senhor Secretário, **Kalil Gibran Linhares Coelho** – Deputado, temos que melhorar..., o SUS trabalha em cima de faturamento, hoje o teto da MAC (Média e Alta Complexidade) gira em torno de quatro milhões, isto é, os que é, os recursos repassados mensalmente para média e alta complexidade e, isso, é baseado em um sistema de faturamento, faturamos em cima de uma AIH (Autorização de Internação Hospitalar), documento de internação, que são enviados ao Ministério mês a mês, com isso, vai se fazendo um teto, estamos implantando, muito em breve, um sistema de faturamento mais eficiente, a previsão para um ano, é dobrar, ou até triplicar se possível, em torno de doze a vinte e quatro meses, com esse sistema de faturamento, vai melhorar, como é sabido, o mínimo Constitucional que é repassado para a Saúde, é em torno de doze por cento e nós estamos trabalhando com quatorze por cento, sentamos com a Governadora Sueli e vamos fazer um escalonamento de subida e trabalhar em cima disso, o Estado como um todo, vem passando por uma situação de penúria e a Saúde não é diferente, doze por cento, é bem complexo de trabalhar, estamos conversando com a Governadora e ela já entendeu que realmente é um valor muito baixo e aos poucos estamos realinhando o processo, hoje, trabalhamos em torno de quatorze por cento, alguns Estados já com uma taxa mais alta, por exemplo: O Estado do Amazonas, trabalha com vinte e dois por cento, Tocantins, trabalha em uma situação bem parecida com a nossa, com doze por cento, São Paulo, trabalha com dezessete por cento, o Pará trabalha com treze ponto oito por cento do repasse do FPE (Fundo de Participação dos Estados), ao nos comparar com os outros Estados temos que fazer um escalonamento para subir, para que possamos em um período curto, oferecer uma Saúde melhor. O Senhor Deputado **George Melo** – O governo entrou em janeiro e, em menos de um mês, conseguiu diagnosticar que havia necessidade de trocar a empresa que fornecia alimentação, trocar empresa de limpeza, rapidamente foi mudado muita coisa, por mais que tivesse havido uma transição, como foi dito que foi feito, o senhor não acha que foi muito rápido, se foi possível, por outras coisas, não começaram entrar na linha? O Senhor Secretário, **Kalil Gibran Linhares Coelho** – Bom, de oito em cada dez roraimenses, a primeira queixa é à Saúde e, a Saúde precária como vinha acontecendo, o que foi amplamente debatido nos meios de comunicação Na Saúde é assim, tudo para ontem, quando assumimos, vimos que a empresa abandonou uma Unidade de Saúde, abandonar,

o termo é esse, não nos deu prazo para trabalhar, veja bem, não fomos nós quem tiramos a empresa e, sim, a empresa que abandonou o serviço, a empresa de alimentação, tem pelo menos, cinquenta e duas notificações do ano passado por mau serviço, só no mês janeiro, foram entregues duas notificações ameaçando parar, inclusive, uma no Ministério Público, o Promotor me deu uma ordem de não deixar parar a comida, então, tudo para Saúde é para ontem, o empresário da alimentação, me entregou sexta a tarde um documento avisando que iria parar no sábado, considero desleal pois não tive nem uma semana para trabalhar, a segunda ameaça, me entregou em uma sexta e eu levei para o promotor, informando que paguei parte da nota dele e isso foi decisivo, porque configurou que a gestão, de boa fé, tentou alinhar o empresário, agora veja bem, o empresário ameaça várias vezes que vai parar, esta abrindo mão do serviço, quando se assina um contrato com o Governo, tem noventa dias para pagar, está no contrato, paguei parte de uma nota dele, mostrei para o promotor e mesmo assim, ele foi lá comigo e disse que não queria mais e eu não poderia deixar faltar comida. O Senhor Deputado **George Melo** – Quanto custava a unidade do marmitex antes? O Senhor Secretário, **Kalil Gibran Linhares Coelho** – O mesmo preço que custa hoje, aliás, hoje custa mais barato, não sei lhe precisar o preço, só sei que foi diminuído em cinco por cento o valor da refeição, com uma qualidade muito maior. O Senhor Deputado **George Melo** – Sabemos que hoje, todo o comércio de Roraima esta passando por uma crise, tenho certeza que ia ter filas de empresários querendo vender para vocês com um preço igual ou menor, infelizmente, não vimos esse apelo da secretaria dando publicidade, entendo, que por mais necessário que fosse trocado e nessas circunstâncias, concordo com a troca, acho que deveria ter uma maior publicidade, como bem disse, o Senhor deputado Odilon, se temos pessoas qualificadas em Roraima, com universidade, para trabalhar, porque não chamar os concursados e virar de vez essa página do terceirizado, tenho certeza que nosso Estado iria ter um Serviço de qualidade, com pessoas mais comprometidas do que da forma em que está, no entanto, se é para chamar empresário para prestar serviço, que seja chamado empresário com curriculum Know-how, e que estão aqui. Qual foi o critério utilizado pela SESAU para pagar despesas de exercícios anteriores que não estavam inscritos em restos a pagar, quando é sabido que tais despesas devem ser pagas com o dinheiro do FPE? O Senhor Secretário, **Kalil Gibran Linhares Coelho** – Serviços contínuos e indispensáveis como oncologia, oftalmologia, leito de retaguarda, como é o contrato com o Lote Iris, hemodiálise, diversos serviços que são considerados contínuos e impreteríveis no serviço, optamos em manter a regularidade, haja vista, que são serviços contínuos e não eram modelo de contratação aberta, é um credenciamento, então, optamos por fazer esses pagamentos e alguns por exemplo: a Vale... O Senhor Deputado **George Melo** – Esta previsto no Decreto Emergencial? O Senhor Secretário, **Kalil Gibran Linhares Coelho** – O fundo Estadual de Saúde tem uma particularidade, tem autonomia, inclusive, para fazer isso. O Senhor Deputado **George Melo** – E porque foram pagos processos de Despesas de exercícios anteriores através de ofício? O Senhor Secretário, **Kalil Gibran Linhares Coelho** – É permitido por Lei, nos primeiros meses, quando o Sistema do Orçamento não se encontra aberto, ser pago por ofício, assim foi pago o mês de janeiro até meados de fevereiro, a partir do momento em que o Sistema do Orçamento abriu, nós imediatamente cancelamos e começamos a pagar através do Sistema, foi assim que foi pago, inclusive, a VALE, a alimentação pela questão do imediatismo do serviço, assim como, outras empresas de serviços contínuos. O Senhor Deputado **George Melo** – Você já recebeu o Plano de Trabalho do Grupo de Trabalho Multissetorial? O Senhor Secretário, **Kalil Gibran Linhares Coelho** – Ainda não recebi. A Senhora Presidente da Comissão, Deputada **Lenir Rodrigues** – Senhor Secretário no Decreto Emergencial dezoito mil, duzentos e noventa e dois, da senhora Governadora, estabelece um prazo de quinze dias, para que o Grupo de Trabalho Multissetorial, apresentasse um Plano de Recuperação e Garantias de Assistência aos usuários da Rede Estadual de Saúde, o responsável para tanto, é o seu Secretário Adjunto, doutor Paulo Linhares, gostaria de saber se até a presente data, o senhor já recebeu Esse Plano de Recuperação e Garantias de Assistência aos Usuários da Rede Estadual de Saúde? O Senhor Secretário, **Kalil Gibran Linhares Coelho** – dentro do Plano de recuperação nós colocamos várias ações, a principal é a questão do abastecimento de medicamentos e material, quando assumimos a gestão, verificamos que as unidades estavam completamente

desabastecidas, em torno dez por cento do que era necessário, tanto na CAF (Centro de Abastecimento Farmacêutico) que é o almoxarifado dos medicamentos e material, quanto nas unidades, dentro desse plano, isso foi prioridade, hoje posso afirmar para a senhora, que conseguimos setenta por cento do abastecimento regularizado. A Senhora Presidente da Comissão, Deputada **Lenir Rodrigues** – O Grupo de Trabalho Multissetorial já terminou e já estão executando o Plano? O Senhor Secretário, **Kalil Gibran Linhares Coelho** – Sim, com certeza, já estamos abastecendo as unidades, otimizando as cirurgias, as taxas de cirurgia no HGR, ainda é muito baixa, mas dentro do plano, já vamos otimizar, dentro do plano, abriu o Hospital de Rorainópolis, quando pegamos, havia um clínico e um enfermeiro, no entanto, havia sido inaugurado. A Senhora Presidente da Comissão, Deputada **Lenir Rodrigues** – O senhor pode enviar para esta Comissão a cópia do Plano? O Senhor Secretário, **Kalil Gibran Linhares Coelho** – Com certeza. O Senhor Deputado **George Melo** – Doutor Kalil, gostaria de saber se todas as compras efetuadas, foram encaminhadas através de processo licitatório juntamente com o Decreto que permite, por exemplo, a compra de uma cibalena, através de Pregão, modelo que foi dito aqui, esta sendo acompanhado dessa forma? O Senhor Secretário, **Kalil Gibran Linhares Coelho** – Quando assumimos a gestão, o desabastecimento era muito crítico, fizemos um estudo onde detectamos que o emergencial que havia sido feito na gestão anterior, não tinha sido finalizado, então entre iniciar um emergencial novo e finalizar o que já tínhamos, por mais que não tivesse estruturalmente a contento, ia levar mais tempo, teríamos que estruturar um processo em vinte e cinco dias e não tínhamos esse tempo e conseguiríamos finalizar o que já tinha em cinco dias, então, chamei todas as empresas que haviam ganhado o emergencial, que já tinha sido licitado, perguntei qual era o problema de entregar, eles disseram que não iam entregar porque não iam receber, eu falei que isso não iria acontecer, que eles poderiam entregar normalmente, finalizamos esses cinco dias e as empresas começaram a entregar e todas vem sendo pagas, as daqui, as de fora, sem nenhum tipo de discriminação, coloco o processo emergencial para que seja auditado e todas, absolutamente, todas as empresas, de dez mil a dois milhões, receberam e vão continuar recebendo, estamos fazendo todo esforço para essa questão do abastecimento que é crítica, esteja sendo resolvida, no entanto, esse emergencial estruturalmente, tecnicamente, não foi bem feito mas não havia tempo para fazer outro, vou citar um exemplo: Uma medicação para a Maternidade, que era necessário duas mil ampolas, fizeram para duzentas e, eu não tinha como tirar só essa 0 medicação de dentro do processo, ele é um processo só, eu posso aditivar vinte e cinco por cento em quantidade mas, não tirar dentro do contexto, era melhor eu ter duzentas do que não ter nenhuma, levaria no mínimo de vinte e cinco a trinta dias para estruturar um processo novo, confesso para o senhor, que não tínhamos esse tempo, tínhamos que fazer assim, ou comprar na farmácia, o que lesaria, ou poderia cometer um erro de preço. Sobre a questão dos preços dos medicamentos, é dentro de uma tabela CEMED (Câmara de regulação do Mercado de Medicamentos) e sair dessa tabela, é um erro primário, durante o estudo, percebi que estava tudo dentro dessa tabela e bem precificado, não teria problemas quanto a questão de preços, as empresas entregaram e imediatamente pagamos de certa forma, conseguimos amenizar essa situação de abastecimento. Deputada **Lenir**, posso fazer mais uma observação? A senhora permite? (obtendo o consentimento da senhora Presidente, continuou): Todos os processos que abrimos, o emergencial que envolve esses primeiro período, foram iniciados com a questão do pregão eletrônico, então, todas as empresas irão ter oportunidade dentro desse pregão, de concorrer e quem ganhar vai trabalhar. A senhora Presidente **Lenir Rodrigues** - Com a palavra o Senhor Deputado **Oleno Matos** – Só para esclarecer a questão dos terceirizados, aproveitando a fala do senhor Deputado Odilon, sabemos que existe uma orientação do Tribunal de Contas da União, bem como, do Tribunal de Contas do Estado, no que diz respeito, por exemplo, a terceirização de serviços de limpeza de jardinagem, de vigilância e etc., talvez seja por isso que o governo faça a opção de não realizar o concurso para essas áreas que não são técnicas da Saúde. O governo tem previsão para chamar os concursados aprovados, já que o número de vagas é muito grande e como o Senhor deputado **George Melo** falou, há necessidade premente de mais servidores e qual esse número em termos gerais e qual o impacto que isso representa mês a mês para o orçamento da Secretaria de Saúde do Estado? O Senhor Secretário, **Kalil Gibran**

Linhares Coelho –Nesses dois primeiros meses e meio, foi detectado um deficit de funcionário muito grande e, não é interessante fazer plantão extras para a equipe técnica, detectamos esse problema que é real, esta faltando gente para trabalhar, pedimos um estudo do impacto e das necessidades das unidades de Saúde, levamos isso ao conhecimento da Senhora Governadora, a qual nos autorizou e, a previsão é para a partir de maio chamar essas pessoas, dê a posse, não sei precisar a data, porque vai ser feito pela SEGAD, mas já esta acertado, o impacto será de um milhão e oitocentos mil ao mês, serão chama dos aproximadamente trezentos técnicos de enfermagem, cinquenta enfermeiros, posso lhe encaminhar a previsão parcial, mas a previsão é de um milhão e oitocentos mil reais, para suprir de pessoas minimamente as unidades e, serão priorizadas as unidades maiores como o HGR e a Maternidade, Rorainópolis e Caracarái. O Senhor Deputado **George Melo** – É sabido que as terceirizadas, têm para estes serviços, como também, para cooperativa dos médicos. Não seria muito mais barato chamar os médicos que estão na fila para serem chamados, bem como, os servidores, do que insistir nessas cooperativas com seus preços e plantões praticados? Tenho conversado com Secretários anteriores e eles me disseram que sempre houve uma pressão muito grande da categoria na distribuição dos plantões e etc... O Senhor Secretário, **Kalil Gibran Linhares Coelho** –A Questão das cooperativas é peculiar, já foi amplamente debatida no TCE, nas gestões passadas, existe uma opinião única de que ela é bem complexa. Minha impressão destes primeiros dois meses e meio, é que existem alguns serviços que o meio cooperativo é benéfico e outras que não,. Temos que ter um grupo de concursado que vão tocar o serviço, que dá a estrutura evitando a sazonalidade do corpo técnico e temos que ter um braço flexível como uma ONG (Organização Não Governamental) ou uma cooperativa, enfim, que se tenha possibilidade, por exemplo, de poder realizar um mutirão de ortopedia, onde os profissionais vêm passam sete dias e a Secretaria paga por produção, nesse contexto, o meio flexível é interessante, uma Cooperativa ou uma OCIP (Organização da Sociedade Civil), enfim, em Manaus é Cooperativa, no Rio é Empresa, temos que ter esse meio, caso contrário, se perde a flexibilidade, como vou contratar um cirurgião vascular para vir e passar uma semana, realizar um mutirão e voltar? São especialidades difíceis de ter, então, temos que ter um braço nesse sentido, o problema é controlar o braço, em tese, mandamos um documento e a cooperativa contrata, e a conta vai subindo, nós conseguimos abrir Rorainópolis que hoje custa para o Estado em torno de seiscentos mil, lá já temos sete especialidades: Cirurgia, obstetrícia, oftalmologia, otorrin, hoje Rorainópolis tem um hospital de fato, e nós não aumentamos em nada a folha da cooperativa, nós enxugamos onde havia gordura, onde havia má verasão do dinheiro e colocamos isso em serviço de fato, hoje, Rorainópolis opera quase que com a mesma coisa que o HGR, vejamos como ficou eficiente lá, isso deixa a pessoa lá perto da sua casa, evitando que ela venha e fique em uma fila aqui de forma precária, tem que haver esse modelo flexível, só que o controle tem que ser mais rígido, porque fica muito fácil, bota aqui, bota acolá, de forma que isso vai subindo, com esse controle amarramos bem, botamos fiscal, em setembro vai ter pregão eletrônico da cooperativa, acho que as pessoas podem entrar, enfim, vai ser aberto, pregão eletrônico, esse é o nome do negócio. O Senhor Deputado **Izaias Maia** –Doutor Kalil, o grande problema com relação à empresa, é que a mesma, alega que não estava recebendo, o governo pagou uma parte, há informação que a empresa parou de trabalhar e houve troca, o senhor tem informação a respeito de que a empresa já vai para três meses daqui há alguns dias e, não recebe um centavo? O Senhor Secretário, **Kalil Gibran Linhares Coelho** –Qual empresa Deputado? O Senhor Deputado **Izaias Maia** –A União, que já vai completar três meses que os funcionários não estão recebendo, recebi essa informação hoje de funcionários dessa empresa, que já estão pensando em parar, podendo incorrer no mesmo problema da VALE, se o senhor não tiver essa informação gostaria que pudesse investigar por que eles vão parar. O Senhor Secretário, **Kalil Gibran Linhares Coelho** – Ok, Deputado, essa semana vamos fazer o pagamento da empresa União, como era previsto, dentro da normalidade e vamos determinar que a equipe técnica fiscalize isso e vamos pagar, eles têm que cumprir as questões trabalhistas. A Senhora Presidente Deputada **Lenir Rodrigues** – Anuncio a presença do Senhor Deputado Naldo da Loteria, primeiro Secretário da Assembleia Legislativa. O Senhor deseja fazer mais alguma pergunta? Com a palavra o Senhor Deputado **Oleno Matos** – O Senhor sabe precisar qual o valor hoje,

em reais, a redução da folha de pagamento do gasto com a, ou com as cooperativas? O Senhor Secretário, **Kalil Gibran Linhares Coelho** –No primeiro mês, a nota fiscal da cooperativa foi de seis milhões e oitocentos aproximadamente e ela vem se mantendo nesse parâmetro, tendo em vista, que abrimos Rorainópolis, que de fato hoje, é um hospital funcionando a pleno vapor e não aumentamos a folha, nós ganhamos em eficiência, a folha do Estado, tirando a cooperativa, gira em torno de vinte um milhões, havia uma situação de precariedade no RH, percebemos que muita gente, não estava indo trabalhar de fato, regularizamos a situação dessas pessoas no primeiro momento, baixamos em torno de um milhão de reais, mas essas pessoas vão voltar a trabalhar e vai se equilibrar em torno de vinte e um milhões, vinte e um milhões e meio, dependendo da quantidade de dias do mês. A Senhora Presidente, Deputada **Lenir Rodrigues** – Senhor secretário o Processo Emergencial tem que seguir os procedimentos legais na CSL, por duas vezes, ouvimos nesta Comissão o doutor Adriano de Almeida Corinhi, ouvimos o Senhor Assunção Barroso de Vasconcelos e a Senhora Edilaci Wanderley Ribas Reis e essas pessoas nos falaram, inclusive por duas vezes, o presidente da CSL, doutor Adriano, disse que nos trinta dias que esteve a frente da CSL, não houve nenhuma tramitação, nenhuma contratação direta e que nenhum procedimento passou, nós sabemos que seria necessário passar, porque mesmo em um processo emergencial, deveria passar pela CSL, como o senhor explica essa situação? O Senhor Secretário, **Kalil Gibran Linhares Coelho** –Os processos emergenciais que foram abertos na SESAU..., todo processo emergencial, a gente atropela algumas etapas, de fato, acontece de se abreviar algumas situações, principalmente quando é de um dia para o outro, e vai se montando as partes do processo e convalida os atos a posteriori, todos os atos foram feitos adequadamente, não o que..., realmente eu teria que ter acesso ao que o doutor Adriano falou, enfim, ele não esta mais na equipe, então a gente não... A Senhora Presidente, Deputada **Lenir Rodrigues** – Mas ele afirmou e reafirmou hoje, em oitiva aqui na Comissão, que nos trinta dias que ele esteve a frente da CSL, não passou nenhum autos de processo de contratação direta na CSL. Gostaria também de saber, por que a Senhora Governadora, no Decreto dezoito mil duzentos e noventa e dois, letra E, de vinte e um de janeiro de dois mil e quinze, suspendeu o reconhecimento de dívida e mesmo assim, pelos documentos que foram encaminhados para essa Comissão, houveram pagamentos, quem autorizou esses pagamentos a contra senso do Decreto Governamental? O Senhor Secretário, **Kalil Gibran Linhares Coelho** –O Fundo Estadual de Saúde, tem autonomia nesse sentido senhora deputada, ele é uma situação a parte desse Decreto, então foram feitos pagamentos dentro da ... O Senhor A Senhora Presidente, Deputada **Lenir Rodrigues** – Da rubrica do Fundo? Secretário, **Kalil Gibran Linhares Coelho** – Exatamente A Senhora Presidente, Deputada **Lenir Rodrigues** – E o fundo não foi alcançado pelo Decreto, no seu entendimento? O Senhor Secretário, **Kalil Gibran Linhares Coelho** –Esse Decreto, no meu entendimento, não alcançou o fundo, veja bem, haviam situações emergentes, vou lhe dar um exemplo: da própria empresa VALE, na tentativa de regularizar a situação, eu fiz um pagamento de trezentos e pouco dentro do Fundo Estadual de Saúde, na fonte zero, nove, na tentativa de regularizar o problema, na minha concepção, iria regularizar, infelizmente, o empresário não correspondeu e não cumpriu o que tinha dito, se eu não tivesse feito, estaríamos aqui com outro problema, o de não ter pago e, ser acusado de ter quebrado o empresário e, eu estaria entre a cruz e a espada, mas na tentativa de regularizar as coisas foi feito o pagamento através do Fundo. A Senhora Presidente Deputada **Lenir Rodrigues** –Excelência para fazer o Plano de Recuperação, o Decreto da Senhora Governadora se refere a um levantamento do Comitê Estratégico de Gestão e Planejamento, gostaria de saber se em dois dias úteis, ou seja, segunda-feira, o senhor teria condições de encaminhar a esta Comissão, cópia do levantamento de Gestão e Planejamento e a cópia do Plano de Recuperação e Garantias da assistência aos usuários da rede Estadual de Saúde, elaborada pelo Grupo Multissetorial de Saúde – GTM? O Senhor Secretário, **Kalil Gibran Linhares Coelho** –Prometo que irei me esforçar para isso, mas a questão do levantamento situacional das unidades, isto é, como encontramos, temos fotos, relatos, temos isso de forma física e em mídia, se a senhora quiser envio esse material prontamente, esse material é amplo, até relatos do TCE, além de relatos do FUNDS, do planejamento sobre o que encontramos, esta aberto, podemos encaminhar, não sei se os Senhores tiveram acesso naquele

dia, mas estava aberto naquele momento, em que a senhora foi lá com a Comissão. O Relatório situacional, posso encaminhar até segunda feira sem nenhum problema e, me comprometo em mais breve possível encaminhar para senhora o Plano, eu me comprometo encaminhar o mais breve possível. O Senhor deputado **Odilon Filho** –Gostaria de sugerir a Senhora Presidente da Comissão, que oficialize as solicitações, dando prazo ao Senhor Secretário. A Senhora Presidente da comissão, Deputada **Lenir Rodrigues** – Vamos Oficializar, mas já estamos aproveitando a reunião, tendo em vista nossos prazos. A senhora Governadora, no dia vinte e dois de janeiro, determinou o prazo de quinze dias, para a elaboração do Plano, nesse caso, se o Grupo Multissetorial já está agindo conforme o Plano e o Senhor Secretário nos afirmou que já está executando, o Plano já existe e é isso que queremos ver, os quinze dias estipulados já se passaram. O Senhor deputado **Odilon Filho** –A senhora sabe que o Sistema burocrático deste país é grande então eu sugiro que seja oficializado. A Senhora Presidente da Comissão, Deputada **Lenir Rodrigues** –Estamos flexibilizando, tanto que estamos perguntando ao senhor secretário de saúde se em dois dias úteis, ou seja, ele entregar segunda- feira, os dois documentos para esta Comissão. Pergunto aos Senhores deputados se alguém mais gostaria de fazer uso da palavra? Com a palavra o Senhor Relator Deputado **George Melo** – Senhor Secretário, tenho algumas informações desconstruídas, notei que o senhor fez colocações com bastante sabedoria a respeito do cuidado com as unidades e com relação ao Hospital Cosme e Silva, continua atuando com a mesma intensidade? O Senhor Secretário, **Kalil Gibran Linhares Coelho** –O Hospital Cosme e Silva, é fundamental neste contexto, ele tem uma intensidade de atendimento muito alta, nós fortalecemos o Cosme e Silva e o colocamos, no que é, a missão no atendimento de adultos e média complexidade, hoje lá, tem ortopedistas, mais enfermeiros, reformamos situações que se encontravam precárias, realmente o Hospital esta bem estruturado, ele é uma unidade de emergência. O Senhor Relator Deputado **George Melo** –Quando você diz reformamos, é reforma de ambiente, de prédio? O Senhor Secretário, **Kalil Gibran Linhares Coelho** – São reformas de banheiros que estavam com privadas quebradas, enfim, coisas pequenas que dentro de contexto, prejudica todo o serviço, não foram reformas estruturais, não abrimos..., para isso e nem temos recursos para isso, mas otimizamos. Aproveitando o ensejo, o Cosme e Silva fica muito próximo do Hospital das Clínicas, fisicamente muito próximo, então nesses seis meses previsto para entregar o Hospital das Clínicas vai se fazer ali um grande polo de Saúde. O Senhor Secretário, **Kalil Gibran Linhares Coelho** – A Senhora Presidente da Comissão, Deputada **Lenir Rodrigues** –Pergunto ao Senhor secretário Kalil Gibran Linhares Coelho, se tem algo mais que gostaria de declarar? O Senhor Secretário, **Kalil Gibran Linhares Coelho** –Quero dizer que a SESAU se encontra aberta, a qualquer momento estou disposto a sentar, enfim, peço desculpa se por algum momento não atendi algo de imediato, porque as demandas ali são inúmeras e o fluxo de demandas emergenciais também e muitas vezes, os recursos são menores que as demandas, mas dentro do possível estou aberto para qualquer problema. A Senhora Presidente Deputada **Lenir Rodrigues** –Senhor Secretário, nós agradecemos a presença de Vossa Excelência, desejamos sorte no seu trabalho, porque a população toda espera que a Saúde funcione, eu sempre digo nas minhas entrevistas, que qualquer um de nós, pode cair no trauma do HGR, então, realmente nós queremos que a Saúde do Estado funcione e agradecemos a sua presença, com a palavra o Senhor Deputado **Izaías Maia** – Só para complementar o que a senhora está falando, agradecer a cordialidade, a gentileza e a educação que o senhor dispensou a esta comissão e dizer ao Senhor para que transmita à Senhora Governadora, que nosso objetivo é a União entre a Assembleia e o Governo do Estado para o bem do povo, não estamos aqui caçando bruxas e nem prejudicando e perseguindo ninguém, o Senhor pode ter certeza que nosso objetivo, é unidos, defendermos aquilo que é do povo, obrigado pela cordialidade com a qual o Senhor atendeu nossa Comissão. A Senhora Presidente da Comissão Deputada **Lenir Rodrigues** – A Palavra está franqueada ao primeiro Secretário desta casa que se em contra presente, Deputado **Naldo da Loteria** - Boa tarde a todos, sabemos que a Saúde tem recursos próprios e, é uma das secretarias da qual os empresários costumam receber, só que aqui no Estado, há um mal costume, onde existem empresários que tomam conta da terceirização através de procuração, nunca mostram a cara, como o nobre deputado falou, existem funcionários que passam quatro meses para receber e como eles não

têm outra saída, aguardam, recebem quando são colocados para fora, sem direito a nada e a empresa simplesmente desaparece, estou pensando em apresentar um Projeto aqui na Assembleia para que o Governo seja solidário, avalista dessa empresa, quando a secretaria contratar uma empresa terceirizada, se ela não pagar o funcionário, no meu entendimento, o Governo tem a obrigação de pagar, quem escolhe mal tem que ser solidário, sabemos que quem respondia pela empresa VALE aqui no Estado, não tem um pinto no nome dele , agora é a UNIÃO, depois a Atlântica, depois a Cometa e por ai vai, isso em um Estado pequeno como o nosso, é inadmissível, eu gostaria que o Senhor nesse novo Governo, comece a moralizar, porque são os mais fracos que sofrem, são as pessoas que trabalham na faxina, na limpeza que deixam de receber e hoje, na situação em que se encontra o Estado, a pessoa se humilha por um emprego, gostaria que o senhor atentasse para essa questão. Uma vez que a Saúde paga, mesmo que a Saúde atrase um mês, o empresário não pode atrasar, porque quem se habilita, tem que ter condições , quero levar esta proposta à Senhora Governadora através da Assembleia, para quando se contratar uma empresa terceirizada, ela apresente recursos e garantias que possam gerir e suprir os funcionários e que tenham condições depois de dois ou três anos garantir que os funcionários tenham seu Fundo de Garantia depositado e ter seus direitos assegurados na Justiça, obrigado. A Senhora Presidente Deputada **Lenir Rodrigues** – Mais uma vez agradecemos a presença do Senhor Secretário de Saúde **Kalil Gibran Macêdo Coelho**, o Senhor está dispensado, obrigada. Solicito à secretaria desta Comissão, que officie o Senhor Secretário de Saúde para apresentar os documentos solicitados na reunião, como o Plano de Garantia e Assistência dos Usuários da Rede de Saúde, bem como, o levantamento de todo o comitê estratégico de gestão e Planejamento, em dois dias úteis, informo aos senhores Deputados, que o Excelentíssimo Senhor Secretário de Justiça e Cidadania, Josué dos Santos Filho, foi convocado para prestar informações, a esta Comissão, informações quanto a Situação de Emergência, decretada pelo Executivo, o mesmo informou através do Ofício cento e um, dois mil e quinze, da SEJUC, que não irá comparecer à convocação, tendo em vista compromissos assumidos anteriormente e se colocou à disposição desta Comissão para o dia primeiro de abril, próxima quarta-feira, coloco em discussão dos Senhores deputados desta Comissão, a reiteração da Convocação do senhor Secretário de Justiça e Cidadania, Josué dos Santos Filho, comunicando que é a segunda vez que o Senhor Secretário Josué Filho, não comparece na data estipulada, pergunto aos Senhores Membros desta Comissão, se podemos agendar para a data que o Senhor Secretário está propondo, que é o dia primeiro de abril de dois mil e quinze? O Senhor Deputado **Odilon Filho** – Eu concordo senhora Presidente, acreditando que não vai haver outra justificativa para o mesmo não comparecer. O Senhor deputado **Izaías Maia** –Vamos dar mais uma oportunidade, vamos aguardar e se não cumprir agi da forma que diz a Lei. O Senhor Deputado **Oleno Matos** – Concordo com o pedido, acredito que esse adiamento, não vá atrapalhar o serviço da nossa Comissão. A Senhora Presidente, Deputada **Lenir Rodrigues** – Queríamos encerrar os trabalhos hoje, tendo em vista esse ofício, já protocolamos Requerimento, a pedido também do relator, solicitando prorrogação de prazo para o funcionamento da Comissão. A senhora Deputada **Angela Águida Portella** – tendo em vista, que não tem remédio, remediado está, fica para quarta feira, dia primeiro de abril. O Senhor Deputado **George Melo**, Relator da Comissão – Tendo em vista que o senhor Secretário Josué, está com muitos afazeres em sua Secretaria devido aos últimos acontecimentos, hoje, tomou conhecimento que em Roraima tem crime organizado, por isso, está sem tempo para vir aqui, mas vamos aguardar e dar essa oportunidade a ele para que no dia primeiro de abril, ele possa contar para nós se realmente em Roraima existe, ou não, crime organizado. A Senhora Presidente, Deputada **Lenir Rodrigues** –Primeiro de abril é uma data muito significativa, então, convoco os senhores membros para quarta feira, dia primeiro de abril, às quinze horas, iremos enviar Edital de Convocação para os Senhores **ENCERRAMENTO**: Às dezesseis horas e dez minutos, a Senhora Presidente, constatando não haver mais nada a tratar, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. E, para constar, eu, Márcia Brito Wanderley, secretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e encaminhada à publicação.

Deputada **Lenir Rodrigues**
Presidente da Comissão



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE RORAIMA
A Força do Povo

A Força do Povo
DO ESTADO DE RORAIMA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

PRAÇA DO CENTRO CÍVICO, Nº 202, CENTRO

